

**UMA MODERNIDADE ALTERNATIVA?  
ARQUITETURA, RAÇA E COLONIALISMO EM LOURENÇO  
MARQUES NO PERÍODO TARDO-COLONIAL**

**¿UNA MODERNIDAD ALTERNATIVA?  
ARQUITECTURA, RAZA Y COLONIALISMO EN  
LOURENÇO MARQUES EN EL PERÍODO TARDÍCOLONIAL**

**AN ALTERNATIVE MODERNITY?  
ARCHITECTURE, RACE AND COLONIALISM IN  
LOURENÇO MARQUES IN THE LATE-COLONIAL PERIOD.**

Inácio de Carvalho Dias de Andrade<sup>1</sup>



*O Leão que Ri* (fonte: <https://housesofmaputo.blogspot.com/2015/04/stilologues-ivb-o-leao-que-ri-de-1956.html>)  
último acesso em 05/10/2020

---

<sup>1</sup> Pós-doutorando do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo. CANIBAL - Grupo de Antropologia do Caribe Global (USP). Centro de Estudo de Migrações Internacionais (CEMI- UNICAMP). E-mail: [Inacio.and@gmail.com](mailto:Inacio.and@gmail.com)

**RESUMO:**

O artigo analisa a (re)produção da ideia de raça na urbanização de Lourenço Marques durante o período tardo-colonial. Na atual Maputo, seguidos projetos de urbanização buscaram dar materialidade a uma moderna nação ultramarina portuguesa ao mesmo tempo em que tentaram solucionar o problema da mão de obra autóctone. Assim, a capital moçambicana foi edificada a partir de diferentes percepções acerca de modernidade, de trabalho e de raça, que buscavam imprimir, ao cenário urbano laurentino, os grandes motes da colonização lusitana. Assim, o celebrado movimento de arquitetura moderna de Moçambique nasceu em meio a um dilema: como projetar uma cidade moderna, humanista e igualitária no bojo do violento governo colonial português? Embora esse impasse não tenha sido necessariamente resolvido (e tenha sido muitas vezes ignorado), o legado da geração modernista em Lourenço Marques ainda é bastante perceptível nos edifícios e avenidas da capital e nos dão pista para compreender a produção da ideia de raça no império colonial português.

**Palavras-chave:** Raça. Arquitetura. Colonialismo. Moçambique. Relações interétnicas

**ABSTRACT:**

The article analyzes the (re) production of racial beliefs during the urbanization of Lourenço Marques in the late-colonial period. In current Maputo, consecutive urbanization projects sought to materialize a modern Portuguese nation in the colonies at the same time that they tried to solve the problem of securing indigenous labor. Consequently, the Mozambican capital was built from different perceptions of modernity, work, and race that tried to inscribe the guidelines of Portuguese colonization into the capital's streets. Thereby, the famous Mozambique's Movement of Modern Architecture faced a dilemma: how to design a modern, humanist, and egalitarian city in the midst of the violent Portuguese colonial regime? Although this impasse has not necessarily been resolved (and has been, in fact, frequently ignored), the legacy of the modernist generation in Lourenço Marques is still quite noticeable in buildings and avenues of the capital, offering us some insights on how the idea of race was reproduced in the late-colonial Portuguese Empire.

**Keyword:** Race. Architecture. Colonialism. Mozambique. Interethnic relations

**RESUMÉN:**

El artículo analiza la (re)producción de la idea de raza en la urbanización de Lourenço Marques durante el período colonial tardío. En el Maputo actual, los proyectos de urbanización seguidos buscaban dar materialidad a una nación moderna portuguesa de ultramar al mismo tiempo que intentaban resolver el problema de la mano de obra nativa. Así, la capital mozambiqueña se construyó a partir de diferentes percepciones sobre la modernidad, el trabajo y la raza, los cuales buscaba plasmar los grandes motivos de la colonización portuguesa en el panorama urbano laurentino. Así, el célebre movimiento de arquitectura moderna en Mozambique nació en medio de un dilema: ¿Cómo diseñar una ciudad moderna, humanista y igualitaria en medio del violento gobiernocolonial portugués? Aunque este dilema no ha sido necesariamente resuelto (y ha sido menudo ignorado), el legado de la generación modernista en Lourenço Marques es bastante visible en los edificios y avenidas de la capital y ayúdanos a entender la producción de la idea de raza en el Imperio Colonial Portugués.

**Palabras-clave:** raza. Arquitectura. Colonialismo. Mozambique. Relaciones interétnicas.

Quando, em 1958, o arquiteto luso-moçambicano Amâncio de Alpoim de Miranda Guedes terminou o “Leão que Ri”, um de seus mais famosos prédios residenciais, Maputo, então chamada de Lourenço Marques, tinha apenas 60 anos como capital da antiga Colônia de Moçambique. Naquela época, Pancho Guedes, como ficou mundialmente conhecido, já era o mais celebrado arquiteto modernista do país e Lourenço Marques já se encontrava totalmente edificada a partir dos projetos pelos quais tinha sido seguidamente concebida. Nesse sentido, Guedes e o movimento modernista moçambicano eram (e ainda são) vistos como uma salutar ruptura com o histórico de segregação racial da urbanização moçambicana. Ademais, o *stiloguedes*, a estética criada pelo arquiteto caracterizada por um conjunto de edifícios com vigas e adornos que emulam presas e espinhos, foi considerado um dos mais promissores e inovadores desdobramentos do movimento modernista internacional. Ao utilizar adereços e estéticas africanas em planos simples e funcionais, Guedes, além de libertar a arquitetura moderna de algumas das premissas formuladas por Le Corbusier, buscava denunciar o “eurocentrismo dominante do homem branco que vive na terra dos outros” (GUEDES, 2009, 165). Desse modo, assim como nos projetos urbanísticos anteriores, na obra de Guedes o conceito de raça, uma das categorias mais duradouras que foram criadas no encontro colonial, ganha uma centralidade inescapável. No entanto, embora Pancho Guedes utilize-se de cores e motivos moçambicanos para denunciar a brutalidade do jugo colonial, algumas das características de seus prédios estão intimamente ligadas com conceituações e definições racialistas anteriores. Nesse sentido, o objetivo desse artigo é apontar como durante o processo de urbanização moçambicana arquitetos, engenheiros e administradores, ao projetarem prédios, casas e avenidas, produziam e reproduziam ideias bastante concretas sobre raça.

### **1 Construção do espaço, modernização e segregação racial**

Alimentada pela indústria extrativista das minas de ouro sul-africanas da Transvaal descobertas em 1887, a atual Maputo beneficiou-se com o deslocamento geográfico da economia moçambicana, anteriormente focada nos Praços da Coroa do

Vale do Zambeze.<sup>2</sup> Ao contrário da decadente Ilha de Moçambique, antiga capital localizada na foz do Rio Zambeze, Lourenço Marques foi projetada de modo a dar respostas ao forte crescimento urbano gerado pelo grande afluxo de populações rurais e assegurar a salubridade dos bairros de população branca. A nova capital foi então concebida como um local onde as diferentes populações do país pudessem viver em comunidades separadas espacialmente e na qual a política civilizatória e assimilacionista portuguesa pudessem ser materialmente observadas na medida em que se adentrasse na cidade.

Subjacente aos primeiros planos de urbanização da capital, aos quais o projeto modernista dizia se opor, encontrava-se a preocupação com regulação da força de trabalho local e a manutenção de uma ordem colonial baseada na ideia da raça. Até 1876, o plano de Lourenço Marques obedecia às regras da ocupação militar portuguesa. Situada em uma baía virada ao sul e protegida de ataques marítimos e revoltas nativas, a cidade contava com uma povoação fortificada, um quartel e uma feitoria (MELO, 2013). Em 1887, surge o primeiro plano de urbanização da cidade. Proposto pelo major de artilharia Antônio Araújo, a proposta, que passaria a ser conhecida como o Plano Araújo, foi o principal norteador da capital até 1950. Baseando-se em uma engenharia militar e influenciado pelos planos haussamanianos para Paris, o projeto introduziu elementos novos na cena urbanística: uma escala maior de intervenção e traçado, grandes avenidas e uma geometria ortogonal de expansão da cidade. O plano privilegiava o centro da cidade e sua população branca, que desfrutava das fachadas adornadas e parques arborizados. Ao mesmo tempo, os empregados negros, em sua maioria moradores das periferias da cidade, poderiam facilmente se deslocar pelas novas avenidas em direção aos seus empregos e às casas de seus patrões. Entre 1900 e 1940, em paralelo à expansão da economia mineradora, Lourenço Marques experimenta um rápido crescimento para norte e oeste seguindo os parâmetros do plano aprovado. A circulação de mercadorias, trabalhadores e dinheiro pelo porto, ruas e avenidas da cidade na rota das minas de ouro dão o tom do desenvolvimento urbano da capital durante este período (DOMINGOS, 2013).

---

2 Os prazos eram concessões de terras feitas pelo rei de Portugal às famílias de colonos e formaram a estrutura basilar da exploração colonial durante mais de três séculos. Ao longo dos anos, serviram como ponto de apoio para a exportação de ouro, escravos, marfim e demais riquezas que desciam o rio em direção à costa (NEWITT, 2012).

Ciente disto, o capitão de engenharia Alfredo Lima, à época Diretor dos Caminhos de Ferro, projeta a nova Estação de Caminhos de Ferro de Lourenço Marques. A moderna estação, finalizada em 1916, foi construída para substituir o antigo edifício de madeira e teto de zinco de 1895. O edifício deveria atender as exigências de um público sul-africano branco e seletivo que teria “exigências muito superiores às que, em igualdade de categorias sociais, tem na Europa” (NAVARRO, 2012, 173). Sua fachada é representante de um estilo historicista francês de *fin de siècle* mais tardio, ou associada ao estilo vitoriano inglês, muito em voga em Johannesburgo no final do século XIX. Condizente com o estilo pomposo encorajado pelo Plano Araújo, sua cúpula de bronze fundida na África do Sul e as imensas arcadas na entrada fazem referência ao neoclassicismo europeu utilizado para conferir a grandiosidade e monumentalismo necessários para uma obra desse porte. A arquitetura da estação, uma das principais portas de entrada da capital e do país, visava a oferecer uma amostra do espírito colonizador do povo português, e o edifício transforma-se na prova material da modernidade e cosmopolitismo da capital moçambicana.<sup>3</sup>

“De todas as cidades coloniais portuguesas é Lourenço Marques, incontestavelmente, a melhor (...). Quem desembarcar em Lourenço Marques, depois de ter visitado a cidade do Cabo, mundialmente reclamada como notável obra de ingleses, não ficará maravilhado, mas também não sentirá inveja, – antes orgulho, ao verificar uma notável obra que honraria qualquer das mais ricas potências coloniais (...) A vida em Lourenço Marques difere um pouco da vida nas outras cidades coloniais portuguesas e estrangeiras porque é grandemente cosmopolita. Todos levaram para ali um pouco dos seus costumes e dos seus hábitos, das suas qualidades e dos seus defeitos, adaptando-os à vida colonial portuguesa” (*apud* NAVARRO, 2012, p. 181)<sup>4</sup>

---

3 Aguiar (2011) afirma que as estações ferroviárias foram um símbolo de progresso e modernidade por todo mundo europeu e colonial.

4 “Porto de Lourenço Marques”. *Boletim de Propaganda*, n. 5, jul. 1930 *apud* Navarro, Bruno. *Historiae*, Rio Grande, n. 3, 2011, pp. 171-200.



*Estação do Caminhos de Ferro de Lourenço Marques provavelmente em 1949 (fonte: [https://housesofmaputo.blogspot.com/2019/02/fotos-da-cidade-com-machimbombos-praca\\_20.html](https://housesofmaputo.blogspot.com/2019/02/fotos-da-cidade-com-machimbombos-praca_20.html)), último acesso em 05/10/2020*

A partir de então a cidade entra nos itinerários dos cruzeiros que faziam a costa da África Austral e a capital moçambicana começa a ser vendida como um balneário europeu em terras africanas. Entretanto, Lourenço Marques ainda necessitava de um hotel digno das elites brancas acostumadas com as mais finas hospedagens do velho mundo. Assim, em outubro de 1918, foi aberto um concurso público para construção de um novo hotel.

O edifício deveria simbolizar os novos tempos de desenvolvimento trazidos pelo governo português e, para essa tarefa, ninguém era mais indicado do que o inglês Herbert Baker. O já celebrado arquiteto, preferido de Cecil Rhodes um dos mais temidos colonialistas ingleses, seria, ao lado de Edwin Lutyens, encarregado de construir a partir do zero a nova capital do Império Britânico na Índia em 1931. Nova Déli tornar-se-ia a prova material da grandiosidade e racionalidade da missão civilizatória inglesa no Oriente, porém, parte de sua concepção já podia ser deslumbrada em 1922 quando Baker finalizou o Hotel Polana às margens do Índico sul. Para ele, o papel do arquiteto era o de construir uma ordem urbana análoga à lei e autoridade exercida pelo governo colonial.

Nessa perspectiva, a arquitetura deveria fornecer um quadro moral e didático para as populações nativas. Imaginando que os prédios deveriam carregar significados, *Revista Educação e Ciências Sociais*, Salvador, v.3, n.5, 2020.

decorações e motes do mesmo modo que as igrejas ostentavam seus símbolos, Baker abusava de adornos vitorianos (RIDLEY, 2002; HOME, 1990). O tom paternalista de Baker, de que a arquitetura e o bom planejamento dos prédios e das cidades seriam um guia civilizatório para sociedades recém-saídas da barbárie, encontrava respaldo em toda arquitetura colonial inglesa. O estilo de Baker já é visível logo na entrada do hotel. Suas colunas e arcadas gregas fazem referência ao classicismo europeu e a uma ordem civilizacional ancestral, supostamente inerente à colonização branca. O conjunto de sua obra, concentrada na África do Sul e Índia, rendeu-lhe o título de “arquiteto do imperialismo” e sua estética casava-se perfeitamente com o tipo de desenvolvimento urbano de Lourenço Marques visava alcançar na época.



*Hotel Polana (fonte: <https://delagoabayworld.wordpress.com/2019/06/06/a-estacao-de-caminhos-de-ferro-de-lourenco-marques-decada-de-1930/>), último acesso 05/10/2020*

Entretanto, a vivacidade das novas construções que tomavam as zonas centrais da cidade não obtinha correspondência nas zonas periféricas. Nessa época, a capital começa a ser dividida entre a “cidade de cimento” e a “cidade de caniço” em referência às precárias construções autóctones feitas dos ramos da planta local que tomavam os entornos de Lourenço Marques. Embora o plano original de 1887 previsse um bairro indígena nas

franjas da cidade e sua construção tenha sido ensaiada por diferentes administrações, a urbanização das periferias tal qual idealizada por Araújo nunca saiu do papel.<sup>5</sup>

A descontinuidade dessas propostas não era um fenômeno exclusivamente português. Os vacilantes projetos urbanos para as populações negras que habitavam as cercanias da atual Maputo também coincidem com a forma que o urbanismo tomara em outras colônias europeias. Até o fim da I Guerra Mundial, o planejamento urbano se restringia aos bairros brancos e a tentativa de integrar a cidade funcionalmente era circunscrita às pequenas experiências de administradores progressistas em tempos de bonança (HOME, 1990). Para a Inglaterra, modificar as diretrizes urbanas para as colônias, mexeria com alicerces fundamentais da ocupação britânica. A estrutura de mando colonial da Inglaterra estabeleceu o *indirect rule* como norma em seus territórios, isto é, a estrutura de poder tradicional – pelo menos parte dela ou uma versão distorcida de seu funcionamento – era incorporada à hierarquia administrativa colonial de modo a conservar uma lei consuetudinária aos nativos e uma metropolitana para os colonos (MAMDAMI, 1996; LIORA BIGON, 2009). Assim sendo, a urbanização de determinadas áreas, em muitos casos uma demanda de grupos autóctones influentes que se viabilizaram a partir da ocupação inglesa, punha em xeque a estrutura urbana criada a partir do *indirect rule*: uma cidade urbanizada e europeia que irradiava símbolos de progresso e de ordem, mas rodeada por aglomerados nativos que seriam, para os colonizadores brancos, organizados espacialmente de acordo com uma ordem tribal idealizada (HOME, 1983).<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Em 1939, como forma de integrar a população negra e facilitar o acesso a sua mão de obra, foi concebido outro bairro modelo de Mafalala influenciado pelas ideias da cidade-jardim. A partir de então outros bairros negros foram planejados com os mesmos propósitos e concepções. O plano de 1952, por exemplo, separa-se uma área a nordeste da cidade para tanto, mas as políticas públicas para os nativos de Lourenço Marques acabaram, em sua maioria, arquivadas.

<sup>6</sup> Foi apenas em 1930 que a urbanização das cidades sob jugo britânico começou a ser incentivada. Para muitos, oferecer melhorias físicas para as massas urbanas poderia aliviar as tensões políticas. Urbanistas tinham a solução para o dilema posto pelas leis coloniais britânicas: o modelo das cidades-jardins. Os pequenos núcleos urbanos separados permitiam manter a mão de obra negra acessível e segregada ao mesmo tempo em que se urbanizava as periferias sem afetar excessivamente os modos de vida e estruturas de mando nativos. Na Europa, as cidades-jardins eram vistas como uma oportunidade de barrar as intervenções haussamanianas – cuja funcionalidade e impessoalidade teriam destruído o comunitarismo e sociabilidade pré-moderna impossibilitando o funcionamento saudável da sociedade (SENNETT, 1993 e SCHORSKE, 1989). Porém, em África, para os administradores, o modelo permitia que os nativos se mantivessem em comunidades regidas pelo ideal tribal e em condições de salubridade aceitáveis. Ademais, ofereciam proteção de trocas culturais desagregadoras. Ironicamente, as cidades-jardins também foram amplamente disseminadas nas colônias francesas que, ao invés do modelo de mando indireto, possuía um ideal assimilacionista regido por uma única legislação. No caso francês, embora a divisão racial da cidade não fosse um dos princípios oficiais das políticas urbanas, a periferização das populações nativas era justificada por razões sanitárias. Após seguidos surtos de



Mirando-se no exemplo inglês e protegidos pelo novo código laboral de 1899, o Estado colonial português e as companhias concessionárias que exploravam o território moçambicano não exerciam a autoridade e controle direto sobre as populações. Seja por falta de recursos ou de interesse para tanto, a administração de grande parte do país e da mão de obra era feito ao estilo do *indirect rule* inglês. Entretanto, concomitantemente à instituição de um sistema de jugo indireto, Portugal incorporou paulatinamente no código escrito a possibilidade de assimilação derivada do direito francês que já encontrava um enorme respaldo nas práticas cotidianas da população. Posteriormente, esse aparente paradoxo seria solucionado através do ideal lusotropicalista salazarista. Baseado nos modelos teóricos de Gilberto Freyre, que em 1951 seria convidado pelo regime salazarista para um périplo nas colônias portuguesas, o Estado Novo difunde a tese de que o espírito colonizador português, aliado à tolerância lusitana e a sua capacidade de absorver culturas, haviam criado nos trópicos uma forma de colonização benigna, na qual as raças se mesclavam harmoniosamente regidas pela batuta experiente do administrador português (THOMAZ, 2002). Essa é uma das principais teses do modelo teórico freyreano: a ideia de que ao produzir uma confluência inter-racial, o povo português, ele mesmo resultado de um amálgama de tipos raciais europeus, inaugurou, no Brasil, um novo processo civilizatório que se estenderia as demais colônias portuguesas.<sup>7</sup>

A partir dos anos 30 e 40 o Brasil surge como representação positiva das elaborações portuguesas em torno da sua identidade nacional e do seu passado colonial. Procurando um projeto de futuro para um empreendimento colonial que já mostrava sinais

---

febre amarela, justificou-se a criação de bairros étnicos com a ideia de uma “proximidade perigosa” (SILVA, 2015 e ATTAHI ET ALLI, 2009). A controversa medida, questionada nas colônias e na metrópole, permitiria, segundo seus defensores, uma melhora considerável da saúde pública das cidades e a proteção de padrões morais e culturais dos colonos franceses enquanto as populações nativas não estivessem aptas a serem incorporadas a um novo patamar civilizatório (SILVA, 2015). É interessante notar que, nas Américas, o traçado urbanístico das cidades-jardins foi posto em prática no processo de suburbanização dos EUA e na construção de bairros de elites em metrópoles sul-americanas produzindo bairros arborizados cuja característica marcante é sua homogeneização urbanística e social criando comunidades de alta classe isoladas do restante da cidade (CALDEIRA, 2000).

7 Até 1910, ainda que Mouzinho de Albuquerque e Antônio Enes tenham aprovado um corpo de leis específicas para os indígenas, a legislação portuguesa continuava a tratar os nativos como súditos da coroa. Entre 1910 e 1926 há diferentes tentativas de aproximação com a legislação britânica. A discussão envolve membros das grandes famílias assimiladas de Lourenço Marques e Inhambane, como os Albasini, os Fornazini e os Pott, que integrados à sociedade colonial tentam barrar a adoção integral do sistema britânico como defendido por Mouzinho e Enes. A partir de 1926 definem-se pormenorizadamente as categorias de indígenas e assimilados, e o sistema do *indirect rule* e da segregação urbana explícita passa a conviver com a possibilidade da assimilação. Enfim, o ato colonial de 1931 fornece um *corpus legal* que orienta a questão do trabalho, do crime e dos usos e costumes indígenas e cria mecanismos para reger o processo de assimilação que já ocorria informalmente (THOMAZ, 2002).

de decadência, a partir de 1950 e de forma crescente a partir de então, personalidades vinculadas ao regime salazarista passam a assumir a ideia de que o Brasil seria a representação, no presente, de uma realidade promovida por Portugal ao redor do mundo: sociedades tropicais, multirraciais e propensas à miscigenação, mas que não abririam mão de sua base lusitana, responsável última pela sua formação (THOMAZ, 2002).

Nesse sentido, a urbanização de Lourenço Marques apoia-se tanto em práticas inglesas de segregação explícita e de não intervencionismo, que ajudavam a promover a exportação de mão de obra para a África do Sul e justificava a ausência de projetos para populações nativas em um estado colonial periférico e sem recursos, como também se mirava no exemplo francês, assimilacionista e integrador, que legitimava práticas cotidianas de relações interétnicas e dissimulava processos de exclusão e marginalização social.

Foi a essa cidade racialmente segregada e a essa ideologia nociva que o movimento moderno dizia se opor. Foi a partir desse histórico que as obras de Pancho Guedes passam a ser vistas como uma importante ruptura no processo de urbanização e segregação racial e espacial moçambicano. Entretanto, como discutiremos na próxima seção, o movimento modernista é mais heterogêneo do que essa leitura nos levaria a supor e a ideologia lusotropicalista se mostraria bastante afeita para a reinterpretação das ideias modernas em uma sociedade dividida racialmente.

## **2 A geração modernista moçambicana: ruptura ou continuidade?**

A tendência da historiografia atual sobre a arquitetura moderna nos trópicos tem sido a de descontextualizar os edifícios e planos urbanísticos da história concreta do colonialismo português em favor de uma narrativa celebratória de sua estética e padrões arquitetônicos inovadores. A eminente contradição entre um projeto inovador que se quer emancipatório e a realidade cotidiana da segregação e violência colonial é o bode na sala do modernismo português.<sup>8</sup> Como bem pontuou Domingos (2016), a voz dissonante nesse debate, o incômodo assunto tem sido evitado de duas formas: reduzindo a influência do regime salazarista, que supostamente não conseguia controlar seus urbanistas desde Lisboa, e restringindo o debate sobre o modernismo tropical às questões estéticas e técnicas da arquitetura moderna. Assim, a separação física entre colônia e metrópole

---

8 Ver Tostões (1995, 2002, 2006 e 2013), Morais (2001), Melo (2013), Mendes (2012) e Fernandes (2002).  
Revista Educação e Ciências Sociais, Salvador, v.3, n.5, 2020.

produziria, para esses historiadores, uma separação entre ideologia e aparelho de estado, permitindo que os urbanistas tomassem parte nos esforços modernizantes estatais sem com que se contaminassem com seus pressupostos. Pelo contrário, ao tomar a estrutura do estado como uma ferramenta neutra, os arquitetos poderiam até mesmo subverter a lógica colonial. Ademais, o adjetivo “tropical”, usado para se referir ao conjunto de prédios modernos instalados nas colônias portuguesas, é amplamente difundido por toda a bibliografia sobre o assunto. Ao esquivar-se do desconfortável termo “colonial”, a literatura especializada restringe a discussão do legado modernista africano aos aspectos técnicos e estéticos relativos à construção de edifícios modernos em locais de clima quente.

O modernismo chega a Portugal ao longo dos anos de 1920. Entretanto, a crítica aos adornos excessivos – que para o urbanista vienense Otto Wagner eram os signos da distinção social de uma aristocracia decadente que se apegava ao passado idealizado, sendo posteriormente incorporados por uma burguesia ansiosa por distinção social (SCHORSKE, 1989) – e os escritos de Le Corbusier – que defendia uma arquitetura funcional e igualitária necessária à nova sociedade industrial europeia (HOLSTON, 2010; BENEVOLO, 1999) – não têm quase efeito nessa primeira geração de arquitetos modernistas portugueses. Muito pelo contrário, ao invés de promoverem edifícios desadornados e utilitários, abdicando da ornamentação excessiva em favor de prédios e cidades funcionais, os portugueses incorporaram as técnicas construtivas modernas como mais um estilo à disposição dos arquitetos. Assim, prédios modernistas surgiam não como uma crítica à cidade antiga, mas de maneira complementar a ela, construídos apenas pelo deleite da estética do concreto armado.

Contudo, se os princípios arquitetônicos modernos não se encontravam bem definidos em Portugal, as novas ambições de monumentalidade e grandiosidade do Estado Novo salazarista impulsionaram os primeiros trabalhos dessa geração modernista. Em 1940, a Exposição do Mundo Português concentrou, no gigantesco pavilhão construído para a feira, a verve celebrativa do regime e suas realizações e utilizou-se da estética moderna, parte de um projeto supostamente a-histórico e universal, para recuperar sentimentos nacionalistas e tradicionalistas portugueses.

Em Moçambique, por sua vez, o regime salazarista conseguiu, de modo bastante eficaz, sintetizar a contribuição arquitetônica dos modernos com o projeto urbano que

defendia, reproduzindo, por meio de novos edifícios, o ideal do império lusotropical português. Assim, no fim dos anos 40, as primeiras obras modernistas começam a surgir ao lado de prédios ao estilo *fin-de-sécle*.

A fachada do Conselho Municipal de Lourenço Marques – projetado em 1937, concluído em 1947 – recupera conscientemente o academicismo neoclássico que à época já se encontrava em desuso nas cidades europeias. Com uma estrutura em dois níveis de corpo superior contrastante e aspecto rústico, erguido em cima de imensas pilastras que simulavam pedra maciça, o prédio refletia o ideal estético oitocentista. As duas estátuas na fachada, a “Descoberta” e a “Soberania”, faziam referência ao brasão da cidade – Descoberta e Soberania Portuguesa – reforçavam o estilo clássico. A monumentalidade do prédio procurava construir uma unidade nacional, agregando aos símbolos de poder e civilização ocidental a ideia lusotropical da benignidade da colonização lusitana (VERHEIJ, 2009).

No mesmo ano de 1937, Carlos Santos, arquiteto português radicado em São Paulo desde 1917, projetou a moderna Catedral da Sé de Maputo. Erguida ao lado do Conselho, a obra parece dissonar da narrativa lusitana imperial presente no edifício vizinho. Limitado pelo orçamento exíguo, Santos optou pela simplicidade das linhas retas e o uso do concreto armado. Ademais, a proporcionalidade, acentuação da altura, ornamentos simples e facilmente reproduzíveis em série ligam a obra à arquitetura moderna – racional, utilitária, progressista, desadornada e a-histórica.

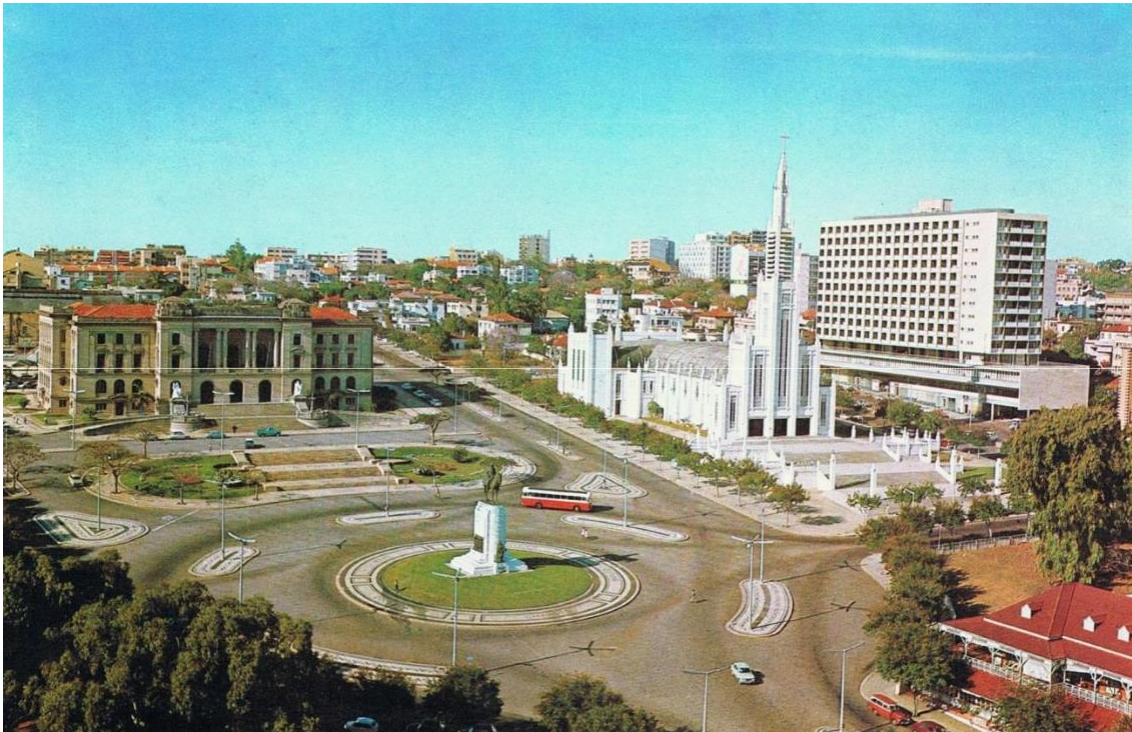
Entretanto, como o historiador Gerbert Verheij (2009) bem definiu, a relação entre o prédio neoclássico e a catedral modernista não se caracteriza pela contradição, mas pela complementariedade. O amplo espaço da praça localizada em frente aos dois edifícios procura articular um ideal particular de modernidade nos trópicos africanos. Nesse sentido, a junção do tradicional e do moderno e a criação do novo são feitos a partir do povo português, simbolizado na figura em mármore do herói fundador de Moçambique moderno. A imensa estátua de Mouzinho de Albuquerque, inaugurada em 28 de dezembro de 1940 no 45º aniversário da prisão de Gungunhana<sup>9</sup>, produz um espaço onde a encenação historicista do Império Português pode ser conjugada com a modernidade dos edifícios projetados para a era da máquina. Não há, nessa perspectiva, contradições

---

9 O temido Leão de Gaza; Gungunhana foi líder do Ngunis que dominaram durante décadas o sul de Moçambique impedindo a pacificação do país. Sua captura por forças portuguesas em 1895 foi exaltada em Portugal e celebrada como um grande marco da colonização lusitana no país.

Revista Educação e Ciências Sociais, Salvador, v.3, n.5, 2020.

fundamentais entre “modernidade” e “tradição” europeias. O passado e presente encenados servem para afirmar a legitimidade da presença colonial, remetendo para os direitos históricos e a missão civilizadora lusitana que agora incorporava as técnicas modernas em seu mais novo repertório (VERHEIJ, 2009).



*Praça Mouzinho de Albuquerque com a estátua do herói à frente. À esquerda o edifício oitocentista do Conselho Municipal e à direita a catedral modernista construída na mesma época. (Fonte: <https://delagoabayworld.wordpress.com/category/lugares/lm-praca-mouzinho-de-albuquerque/>), último acesso em 05/10/2020.*

### **3 Modernismo Moçambicano: potencialidades e limites de uma arquitetura anticolonialista.**

A literatura atual sobre o período modernista em Portugal e em suas colônias procura desvendar esse aparente paradoxo entre a prática de diferentes gerações de arquitetos portugueses e os ideais aos quais diziam se afiliar. Tostões (1997, 1999, 2006 e 2015), Morais (2001), Fernandes (2002), Melo (2013), Mendes (2012) e Milheiro (2012) alegam que se os primeiros modernistas portugueses não conseguiram criar uma escola arquitetônica coerente, a segunda geração de arquitetos, influenciada pela apropriação brasileira do modernismo e perseguida pelo Estado Novo português depois

de 1948<sup>10</sup>, constituiu, em África, um campo fértil para projetos originais. Agora adepta à crítica moderna das cidades clássicas, filiada aos ideais igualitários e transformadores do modernismo e protegida pela distância da cooptação estatal, este grupo teria produzido, sobretudo em Angola e Moçambique, as bases do modernismo lusitano. Nessa segunda fase, os edifícios e projetos buscariam produzir um “novo homem” capaz de habitar a cidade industrial e resolver conflitos sociais expressos e causados pelo antigo urbanismo à serviço do colonialismo.

As novas vias entrariam nos bairros negros, organizando o fluxo racionalmente em torno de uma cidade industrial e funcional. A extensão dos equipamentos públicos às zonas indígenas dariam, segundo essa literatura simpática ao movimento modernista, um aspecto mais democrático à cidade. A verticalização da capital, colocando autóctones em conjuntos habitacionais que rompiam com o ideal unifamiliar das cidades-jardins, dariam provas de um novo ideal desenvolvimentista que surgia. Para estes autores, o projeto alternativo ao ideal luso-tropicalista de Salazar poderia ter direcionado o país e seus habitantes para uma modernização alternativa, não fossem a falta de recursos e a guerra de libertação que aos poucos se aproximava de Lourenço Marques.

Entretanto, segundo uma literatura recente, representada especialmente por Nuno Domingos (2016), essa segunda geração modernista, apesar de crítica ao Estado Novo, também acabou por se transformar em uma ferramenta de legitimação do governo nacionalista. Luís Possolo e Vasco Vieira da Costa, por exemplo, tidos como progressistas, inovadores e críticos à dinâmica segregacionista da antiga Lourenço Marques, eram grandes apoiadores do regime salazarista, e seus supostos exílios em 1948 podem também ser lidos como um cuidadoso cálculo profissional. Na literatura simpática aos modernistas portugueses, Vasco Vieira da Costa aparece como um brilhante pupilo de Le Corbusier, mas o seu projeto segregacionista para uma cidade satélite de Luanda é convenientemente esquecido (DOMINGOS, 2016). Do mesmo modo, Paulo de Melo

---

10 Após o I Congresso Nacional de Arquitetura em Lisboa, no qual a adesão as ideias modernistas de Le Corbusier ficam mais explícitas, e depois da importação de conceitos modernistas brasileiros, um grupo de arquitetos, aproveitando o recém-criado Gabinete de Urbanismo Colonial em 1944, deixa Portugal descontente com o Estado Novo e ansiando por mais liberdade criativa parte para as colônias africanas – consideradas “o paraíso dos arquitetos” por Tostões (2015). O fato é recorrente mencionado na bibliografia sobre o tema como uma ruptura com o regime salazarista e uma mudança de postura política da nova geração de arquitetos. Entre eles encontram-se Francisco Castro Rodrigues, Vasco Vieira da Costa, Fernão Simões de Carvalho, João Garizo do Carmo, João José Tinoco, Francisco Castro e Paulo Melo Sampaio (TOSTÕES (1997, 1999, 2006, 2015), MELO (2013), MORAIS (2001)).

Sampaio é celebrado como parte de um grupo de jovens arquitetos criadores da “utopia moderna em África” e que teria ido apoiar “novas nações independentes em nome do progresso humano e da justiça” (TOSTÕES, 2015, 5). Contudo, a manutenção do zoneamento racial no plano modernista de Porto Amália, atual Pemba, elaborado por Sampaio é visto como um fator de menor importância na totalidade de sua obra em Moçambique.

Nessa narrativa a figura de Pancho Guedes aparece como um herói improvável. Ao contrário dos demais arquitetos portugueses que nasceram e se formaram em Portugal e Europa, Guedes, arquiteto lisboeta que se mudou ainda muito cedo para Lourenço Marques, teve uma trajetória peculiar que o levou a fazer parte do *Team X* – grupo de urbanistas convidados por Le Corbusier para redefinir os caminhos do CIAM em 1953. De formação eclética – tendo estudado em São Tomé e Príncipe, Guiné, Lisboa, Lourenço Marques, Joanesburgo e no Porto – o criador do celebrado *Stiloguedes* surge como um artista capaz de absorver e sintetizar os princípios do modernismo com os “elementos característicos da sociedade e cultura moçambicanas, reflectindo criações aparentemente populares, mas formalmente complexas e imaginativas” (MENDES, 2013, 256)

Em “O Leão que Ri”, seu mais famoso edifício apresentado na Bienal de São Paulo de 1961, Guedes procurou criar uma “modernidade africana” (TOSTÕES, 2006; MENDES, 2013) que combinaria elementos do surrealismo e expressionismo com a ambição escultural da arquitetura moderna, desafiando o racionalismo reinante em seu bojo e rompendo com aspectos canônicos da escola. O *Stiloguedes*, mescla o “(...) racionalismo e o rigor estrutural da cultura ocidental com a dimensão mágica e orgânica da simbologia africana” (GADANHO, 2007). Desse modo, aquilo que no começo do modernismo era visto como um entrave à sociedade moderna – o ornamento – retorna como uma dimensão simbólica essencial para a criação de uma modernidade alternativa, eminentemente moçambicana e africana. A renovada dimensão simbólica serve como referencial de uma identidade nacional insurgente e contestadora (GUEDES, 2009).

Sua postura combativa ao regime racista – publicamente declarada no artigo “A Cidade Doente” do jornal *A Tribuna* em 1973 – aliada ao ineditismo de sua obra e a defesa de um Moçambique independente, transformaram-no em um escudo capaz de esconder as demais contradições do movimento moderno português. O caráter antropofágico e sua trajetória eclética ajudaram a criar certo imaginário sobre o modernismo em arquitetura

no seio da emergente elite liberal moçambicana que se opunha ao regime salazarista (CASTELO ET ALLI, 2012 e THOMAZ, 2012a e 2012b).<sup>11</sup> Desse modo, a geração moderna passa a ser genericamente descrita como um grupo de arquitetos vanguardistas avessos ao regime, idealizadores de uma utópica sociedade multiracial e anticolonial vislumbrada nos novas avenidas funcionais e simbolizada esteticamente nas paredes dos edifícios em *stiloguedes*.

No entanto, como já demonstrei alhures (DIAS DE ANDRADE, 2019b), as origens de muitas características da obra de Guedes podem ser rastreadas até as regulamentações segregacionistas do urbanismo colonial. Na virada do século XX, administradores, cientistas e especialistas portugueses definiam uma nova conceituação de raça, reformulando aspectos teóricos da alteridade colonial. Até meados do século 19, a diferença entre brancos e negros era definida pela religião e uma definição ampla de "usos e costumes nativos" (DIAS DE ANDRADE, 2016; 2019a). Nesse período, relatórios oficiais alertavam os oficiais metropolitanos sobre os colonos portugueses que, por aderirem às crenças e práticas nativas, teriam retrocedido a um nível civilizacional inferior e teriam suas peles enegrecidas.

No entanto, no final do século XIX, uma nova rede técnica e científica estava em vias de consumação (ROQUE, 2016; JERONIMO, 2015; MATOS, 2006). Os médicos destacavam o papel do clima no desenvolvimento das raças e a ciência do urbanismo surgia como campo científico privilegiado para domar os perigos do clima e prevenir o indesejável retrocesso civilizacional (DIAS DE ANDRADE, 2019b). Com a intenção de criar "ambientes artificiais" nos quais os colonizadores europeus pudessem desfrutar de uma vida semelhante à que levavam em suas terras natais, geógrafos, climatologistas,

---

<sup>11</sup> Jason Sumich (2008) afirma que a ideia de modernidade é utilizada pela elite política atual para reivindicar o seu poder social e legitimar as posições de privilégio que detém perante a sociedade em geral. Para ele, a modernidade moçambicana atual está profundamente enraizada nos projetos nacionais do período colonial. Thomaz (2012) identifica grupos diferentes na heterogênea elite laurentina do período tardo colonial: a) os pioneiros e naturais, criticavam uma metrópole distante e “desconhedora das coisas e das gentes da terra” e mantinham viva a ideia de um Moçambique independente e segregado, tal qual Rodésia e África do Sul b) um pequeno grupo de moçambicanos brancos e mestiços críticos não apenas ao autoritarismo português, mas também a situação de privilégio que desfrutavam c) um pequeno número de metropolitanos que diante da violência do sistema colonial e do trabalho forçado se revelaram, ao lado da esquerda branca estabelecida no país, como críticos ferrenhos do colonialismo português d) portugueses pobres, migrantes, responsáveis por trabalhos técnicos de baixa remuneração ou dedicados a uma agricultura de baixo rendimento, viam em Moçambique a saída para condição de pauperização na metrópole e dispunham de empregados negros. Esses portugueses “(...) se nem sempre estavam afinados com os desígnios da metrópole, dificilmente se distanciavam de seu compromisso original com o colonial fascismo português” (THOMAZ, 2012, 414) e um pequeno número de migrantes críticos ao sistema colonial e a elite branca laurentina.



arquitetos, médicos e urbanistas definiram a largura das janelas e portas, determinaram a área mínima de varanda necessária para prevenindo os efeitos da luz solar tropical, e projetaram quartos para evitar interações desnecessárias entre negros e brancos.

Algumas dessas características, como a disposição dos cômodos, são as mesmas encontradas em algumas das obras influentes de Guedes, incluindo o “O Leão que Ri”. Desse modo, nas colônias portuguesas, embora a discussão estilística fortemente influenciada por princípios lusotropicalistas sobre elementos modernos e tradicionais constituísse grande parte do processo de urbanização, ajudando a criar um estilo arquitetônico particular, a elaboração de planos urbanísticos, a construção de novas unidades habitacionais e concepção dos seus espaços responderam a uma preocupação constante com a suposta natureza de cada raça e a gestão das relações interétnicas.

## **BIBLIOGRAFIA**

AGUIAR, Marian. *Tracking Modernity: India’s Railway and the Culture of Mobility*. Minneapolis. University of Minnesota Press, 2011.

ATTAHI, Koffi; DANIEL Hinin-Moustapha; KOUAMÉ Appessika. *Revisiting Urban Planning in Sub-Saharan Francophone Africa*. Nairobi. United Nations Human Settlements Programme – Regional Report Francophone Africa, 2009.

BENEVOLO, Leonardo. *História da Arquitetura Moderna*. São Paulo. Editora Perspectiva, 2001.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo. Editora 34/Edusp, 2000.

CASTELO, C; THOMAZ, O. R.; NASCIMENTO, S.; SILVA, T. C. Tardo-colonialismo e produção de alteridade. In: CASTELO, C., THOMAZ, O. R., NASCIMENTO, S. e SILVA, T. C. (Orgs) *Os Outros da Colonização: Ensaio sobre o colonialismo tardio em Moçambique*. Lisboa: Imprensa de Ciências, 2012, p.19-27.

DIAS DE ANDRADE, Inácio. “Tem um espírito que vive dentro dessa pele”: feitiçaria e desenvolvimento em Tete, Moçambique. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

\_\_\_\_\_. *The spirit underneath: development, race and moral economy in Central Mozambique*. *Vibrant*, v. 16, n. 2, 2019a, p. 1-20.

\_\_\_\_\_. *Architecture and race: Portuguese traditional house in the tropics*. In: *Proceedings of Colonial and Postcolonial Landscapes Congress*, Lisboa, 2019b

DOMINGOS, Nuno. *Desigualdade como legado da cidade colonial: racismo e reprodução de mão de obra em Lourenço Marques*. In: DOMINGOS, N. e PERALTA, E. (org). *Cidade e Império: dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais*. Lisboa. *Edições70*, 2013, p.59-112.

- \_\_\_\_\_. Colonial architectures, urban planning and the representation of Portuguese imperial history. *The Portuguese Journal of Social Science*, v. 14, n. 3, 2016.
- FERNANDES, J. M. Geração africana: arquitetura e cidades em Angola e Moçambique, 1925-1975. Lisboa. Livros Horizonte, 2002.
- GADANHO, Pedro. “Pancho Guedes, Ecos de Uma Modernidade Alternativa” disponível em <https://shrapnelcontemporary.wordpress.com/archive-texts-pt/pancho-guedes-ecos-de-uma-modernidade-alternativa/>, 2007. (último acesso em 20/10/2016)
- GUEDES, Pancho. *Vitruvius Mozambicanus*. Lisboa. Museu Coleção Berardo, 2009.
- HOLSTON, James. *A Cidade Modernista: uma crítica a Brasília e sua utopia*. São Paulo. Companhia das Letras, 2010.
- HOME, J. K. Town Planning, Segregation and Indirect Rule In Colonial Nigeria. *Third World Planning Review*, v.5, n.2, 1983, p. 165-175.
- \_\_\_\_\_. Town planning and garden cities in the British colonial empire 1910–1940. *Planning Perspectives*, v. 5, n.1, 1990, p. 23-37.
- JERONIMO, M. B. *The 'Civilising Mission' of Portuguese Colonialism, 1870-1930*. Basingstoke. Palgrave Macmillan, 2015.
- LIORA BIGON. Urban planning, colonial doctrines and street naming in French Dakar and British Lagos, c. 1850–1930. *Urban History*, n.36, 2009, p. 426-448
- MAMDANI, Mahmood. *Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism*. Princeton. University of Princeton Press, 1996.
- MATOS, Patrícia. *As Côres do Império: Representações Raciais no Império Colonial Português*. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais, 2006.
- MELO, Vanessa de Pacheco. Urbanismo português na cidade de Maputo: passado, presente e futuro. *Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 5, n.1, 2013, p. 71-88.
- MENDES, Rui Paes. O modernismo e suas abordagens em Moçambique e Angola. *Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v.4, n. 2, 2012, p.245-257.
- MILHEIRO, Ana Vaz. *Nos Trópicos Sem Le Corbusier: Arquitectura Luso-africana no Estado Novo*. Lisboa. Relógio d'Água, 2012.
- MORAIS, J. S. *Maputo: património da estrutura e forma urbana*. Lisboa. Livros Horizonte, 2001.
- NAVARRO, Bruno. A Estação Central de Maputo no contexto das políticas de preservação do património edificado de Moçambique: estudo de caso. *Historiæ*, v. 3, n. 1, 2012, p.171-200.
- NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*. Lousã: Publicações Europa-América LTDA, 2012.
- RIDLEY, Jane. *The Architect and his Wife: a life of Edwin Lutyens*. London: Chatto & Windus, 2002.
- ROQUE, Ana Cristina. Doenças endémicas e epidémicas em Lourenço Marques no início do Século XX: processos de controlo versus desenvolvimento urbano. In: *Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical*, 16. 2016, pp. 167-174.

SCHORSKE, Carl. Viena Fin-de-Siècle: Política e Cultura. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

SENNETT, Richard. O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Carlos Nunes. Urban Planning in Lusophone African Countries. Farnham: Ashgate Publishing, 2015.

THOMAZ, Omar Ribeiro. Ecos do Atlântico Sul. Representações sobre o terceiro Império Português. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/FAPESP, 2002.

\_\_\_\_\_. Nem Rodésia, nem Congo: Moçambique e os dias do fim das comunidades de origem europeia e asiática. In: CASTELO, C., THOMAZ, O. R., Nascimento, S. e SILVA, T. C. (Orgs) Os Outros da Colonização: Ensaio sobre o colonialismo tardio em Moçambique. Lisboa: Imprensa de Ciências, 2012, p. 315-340.

TOSTÕES, ANA. Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50. Tese defendida na FAUP, Porto, 1997.

\_\_\_\_\_. Arquitectura portuguesa do século XX. In: PEREIRA, P. (Orgs.) História da Arte Portuguesa. Lisboa: Temas e Debates. 1999

\_\_\_\_\_. Moderno e nacional na arquitetura portuguesa. A descoberta da modernidade brasileira. In: Moderno e Nacional. Niterói: Editora da UFF, 2006.

\_\_\_\_\_. Modernidade Africana: É preciso vir ao fim do mundo para descobrir as coisas mais actuais e extraordinárias. In: Revista AUS, n. 17, 2015, p. 4-10.

VERHEIJ, Gerbert. Monumentalidade e espaço público em Lourenço Marques nas décadas de 1930 e 1940. In: On the w@terfront: a postcolonial gaze on monumentality, v. 20, 2012, p. 11-54.